

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

A falsa Crise da Seguridade Social brasileira

Análise financeira do período 2000–2015

ARTHUR REIS LACERDA DE ALMEIDA

Matrícula nº: 108019711

Orientadora: Prof. Beatriz Azeredo

JULHO 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

A falsa Crise da Seguridade Social brasileira

Análise financeira do período 2000–2015

ARTHUR REIS LACERDA DE ALMEIDA

Matrícula nº: 108019711

Orientadora: Prof. Beatriz Azeredo

JULHO 2017

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)

AGRADECIMENTOS

RESUMO

Muito se fala sobre a crise da previdência, mas pouco se sabe sobre como toda a contribuição é distribuída sobre os mais diversos tipos de gastos governamentais. Entende-se que os gastos feitos com o patrimônio apropriado é feito de forma benéfica a todos os contribuintes. Porém esmiuçando esses gastos conseguimos distinguir o que se toma como prioridade, muitas vezes ultrapassando limites e ferindo a Constituição brasileira. Ou seja, conseguimos provar de forma concreta que a crise da previdência social brasileira não tem base financeira com origem em seu balanço, mas se deve a uma má gestão utilizando-se de forma ilegítima da contribuição para compor outros campos da economia do país.

Os resultados desse estudo levam a conclusão de que o sistema de seguridade social é financeiramente auto-sustentável, sendo até capaz de gerar excedente de recursos. Neste caso, o que observamos é que parcela significativa de suas receitas é desviada para aplicações em outras áreas permitindo que as metas de superávit primário sejam cumpridas e até ultrapassadas. Ao contrário do que se ouve como justificativa do governo, o sistema de previdenciário brasileiro não está em crise e nem necessita de reformas visando o ajuste fiscal. No longo prazo, a capacidade de se sustentar deste sistema depende principalmente de mudanças na estrutura político-econômica, tendo como base o interesse comum e uma melhor distribuição de renda.

SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

DRU – Desvinculação das Receitas da União

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PIB - Produto Nacional Bruto

PIS – Programa de Integração Social

FIGURAS

| | |
|---|--------------------------------------|
| Figura 1: Estimativa de pirâmides etárias (2013 / 2040 / 2060)..... | 17 |
| Figura 2: Gastos do governo 2000-2017 | 22 |
| Figura 3: Participação da indústria de transformação em % do PIB (1947-2015)..... | 26 |
| Figura 4..... | Erro! Indicador não definido. |
| Figura 5: Resultado primário anual em R\$ bilhões (2000 – 2015) | 30 |
| Figura 6: Dívida pública federal dividida em indexadores (2017)..... | 31 |
| Figura 7: Efeitos de gastos do governo sobre o crescimento econômico e a distribuição de renda..... | 33 |
| Figura 8: Detentores dos títulos da Dívida Pública Federal (2017) | 34 |

TABELAS

| | |
|--|--------------------------------------|
| Tabela 1: Desvinculação de Receitas da União em R\$ milhões (2000-2015)..... | Erro! Indicador não definido. |
|--|--------------------------------------|

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO: | 11 |
| CAPÍTULO 1 – AS BASES DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO | 12 |
| Introdução | 12 |
| I.1 – A criação da Seguridade social | 12 |
| I.2 Bases para o financiamento do sistema previdenciário | 13 |
| I.3 – O cenário brasileiro e internacional | 15 |
| I.3.b – Mudanças estruturais no mercado de trabalho | 18 |
| I.4 – A viabilidade financeira da previdência social | 19 |
| I.5 – A outra visão sobre o déficit e seus argumentos | 20 |
| I.6 – Correlação entre gastos públicos e o aumento das receitas arrecadadas pelo governo | 21 |
| I.7 A questão da produtividade | 23 |
| I.7.1 investimento e infraestrutura | 27 |
| CAPÍTULO 2 – INFLUÊNCIA DA POLITICA ECONÔMICA SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL | 28 |
| 2.1 Os desvios do orçamento da Seguridade Social e suas causas | 28 |
| 2.2 Gastos com juros da dívida e a busca pelo superávit primário | 29 |
| 2.2.1 Composição da dívida por indexador | 31 |
| 2.3 Desvinculação das Receitas da União | 31 |
| 2.3.1 Os verdadeiros beneficiados com a DRU | 32 |
| 2.3.2 Os verdadeiros detentores dos títulos da dívida publica | 33 |
| 2.4 Desoneração de tributação | 35 |
| CONCLUSÃO | 36 |
| REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS | 39 |

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho tem como objetivo principal questionar o argumento que vem sendo amplamente divulgado pelo governo de que existe um déficit da previdência, justificando assim uma possível reforma da previdência. Além disso, fazendo um estudo sobre a conjuntura econômica que nosso país vem construindo desde o ano 2000, conseguimos analisar os principais dados relevantes para explicar o motivo de termos uma situação desfavorável, atualmente, para aqueles que dependem do benefício da previdência.

Para início da discussão, há a uma reflexão inicial sobre a criação do sistema de seguridade social assim como suas bases legais de financiamento. Detalhando todas suas fontes de receita no início do primeiro capítulo para em seguida pontuar seus pontos de despesa, tudo isso embasado na Constituição Federal de 1988. Com posse destas informações conseguimos realizar uma primeira impressão sobre a viabilidade contábil do sistema, além de passar pelos problemas conjunturais enfrentados pelo sistema. Existe uma dificuldade intrínseca na economia brasileira, e nos países desenvolvidos em geral, para se manter a previdência sustentável no longo prazo.

No segundo capítulo temos uma análise sobre a relação dos gastos públicos e as diversas maneiras que estes beneficiam a economia do país. Além de impulsionar a economia estes tem o poder de aumentar as receitas e também a demanda agregada de toda a economia. Seguindo esta visão, na segunda metade do segundo capítulo passamos pelas dificuldades intrínsecas ao modelo de produção brasileiro e os entraves que este traz a sustentabilidade do modelo brasileiro de seguridade social. Há então uma discussão acerca da baixa produtividade do trabalhador brasileiro e as causas desta ser tão baixa. Apresenta-se os motivos pelo qual sofremos de uma produtividade estagnada por tanto tempo e o prejuízo que temos por estar nesta posição. Além de esclarecer a necessidade de que esta seja crescente de modo a possibilitar a sustentabilidade do sistema no longo prazo.

Já no terceiro capítulo temos uma reflexão sobre as políticas que mudaram o curso da previdência ao longo dos últimos anos e o verdadeiro objetivo das políticas neoliberais que buscam uma reforma na previdência nos dias atuais. Esmiuçando este sistema chegamos ao caso da dívida pública e suas formas de serem financiadas. A busca por um superávit primário aparece como principal elemento neste modelo por parte do governo. Além disso é discutido também as desvinculações de receitas da união além do permitido por lei, e os seus beneficiados. Seguindo com uma análise crítica comentando sobre os principais detentores dos títulos da dívida e, por conta disso, a real causa de termos uma enorme preocupação do governo em manter estes títulos rentáveis e um superávit primário.

CAPÍTULO 1 – AS BASES DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

Introdução

Há atualmente um grande debate sobre a real necessidade de uma reforma da previdência que é continuamente passada pela mídia como a única alternativa para que o déficit da previdência seja superado. Frequentemente o assunto vem acompanhado de um alarmante cenário de envelhecimento da população, atingindo cada vez maior expectativa de vida sem o acompanhamento de um aumento da taxa de natalidade. Mas o que muitos não se preocupam em analisar é se o referido déficit é de fato sustentado por uma análise financeira criteriosa das receitas e despesas da seguridade do país. Deve-se levar em conta também fatores macroeconômicos como o cenário econômico mundial e o movimento de austeridade que domina as economias do ocidente. A visão de crise no sistema previdenciário público e o ataque às instituições do welfare state está incorporada ao pensamento conservador, hegemônico no mundo a partir da década de 1980 e amplamente difundido nos países periféricos.

1.1 – A criação da Seguridade social

A seguridade social ou segurança social consiste num conjunto de políticas sociais cujo fim é amparar e assistir o cidadão e a sua família em situações como a velhice, a doença e o desemprego. No Brasil, a ideia de seguridade social iniciou-se com os “socorros públicos”, presente na Constituição de 1824, primeira previsão constitucional da seguridade. Essas atividades eram desenvolvidas pela iniciativa privada, por meio das santas casas de misericórdia, a exemplo da Santa Casa da Misericórdia de Santos, em 1553. Foi na Constituição de 1824 a primeira previsão, mesmo que inicial, pertinente à seguridade social, que previa a constituição dos socorros públicos. Já na Constituição de 1891 há na primeira vez a palavra aposentadoria, determinando que esta só poderia ser dada aos funcionários públicos em caso de invalidez a serviço da nação. Sendo obrigatório o pagamento de indenização pelos empregadores em decorrência dos acidentes de trabalho.

A partir da constituição de 1988, que alterou o regulamento de Benefícios da Previdência Social, conhecida como constituição cidadã, houve a consolidação do sistema de previdência. Esta mudança faz parte de um ideal que orientou políticas sociais, após a Segunda Guerra Mundial, nos países mais desenvolvidos e transformou estas nações em Estados de Bem-Estar Social (welfare state). É válido ressaltar que esse resultado foi através do apoio à intervenção do Estado, e não uma consequência da ação do mercado. Essa foi, sem dúvida, a base sobre a qual se assentou o desenvolvimento econômico e social das sociedades mais evoluídas naquele período. No Brasil, as alterações no sistema de seguridade social ao longo dos anos 1990 não foram tão extensas a ponto de mudar suas características mais fundamentais. O sistema ainda é o mesmo previsto pela Constituição de 1988, permanece público, em regime de repartição e continua a caracterizar-se pela universalidade da cobertura, muito embora na prática seu funcionamento seja bem diferente da teoria. O sistema previdenciário social tem sofrido

modificações quase ininterruptas em função da influência do pensamento conservador que varreu a América Latina desde a década de 80, promovendo reformas privatizantes e da clara dominância de políticas econômicas ortodoxas nos últimos vinte anos. Essas políticas estão baseadas na interpretação de que o déficit estaria no descontrole das contas da previdência especificamente.

Um dos maiores avanços adquiridos na Constituição de 1988, em termos de direitos sociais, foi a determinação para que fosse criado um sistema de seguridade social que integrasse os sistemas de saúde, a assistência social e a previdência. Segue abaixo o artigo referido:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinada a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Além disso, foi também determinado a elaboração de três orçamentos: o orçamento fiscal, o orçamento da Seguridade Social e o orçamento de investimentos das estatais. O que infelizmente ocorre na prática atualmente é que o governo apresenta apenas dois orçamentos, o orçamento de investimentos em estatais e o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no qual acaba consolidando todas as receitas e despesas em um mesmo balanço. Com esta manobra contábil não é possível identificar a transferência de recursos do orçamento da Seguridade Social para financiar gastos do orçamento fiscal.

Além da ilusão contábil descrita acima, a idéia de déficit do orçamento da Previdência é continuamente divulgada pela mídia além de contar também com o apoio do governo federal. Com o objetivo de reduzir os gastos previdenciários considerados insustentáveis por estes teóricos, o governo federal vem formulando uma ampla reforma alterando diretamente o acesso aos benefícios da previdência por parte dos contribuintes. Para economizar recursos, estão sendo ampliadas as carências e reduzidos os benefícios. O peso do ajuste fiscal irá recair, em grande parte, sobre os trabalhadores, enquanto a política monetária protege bancos e fundos de investimentos, sobrecarregando o orçamento público com despesas financeiras em patamares extremamente elevados.

I.2 Bases para o financiamento do sistema previdenciário

Como preposto inicial ao raciocínio sobre as bases para a sustentação, de longo prazo, da capacidade de financiamento do sistema previdenciário precisamos entender que são todas controláveis por políticas econômicas. Sendo elas principalmente: o nível de emprego, a produtividade do trabalho, os tributos arrecadados, o valor real das aposentadorias e a idade da aposentadoria.

No Brasil, a imagem da crise financeira da Previdência vem sendo propagada insistentemente há mais de vinte anos, embora os dados estatísticos falem o contrário. O cálculo do suposto déficit previdenciário não se baseia nos preceitos da Constituição Federal de 1988, que estabelece a base jurídica do sistema de Seguridade Social, dentro

do qual está inserida a Previdência pública. O falso déficit previdenciário leva em consideração apenas a receita de Contribuição Previdenciária (ao INSS), e, no entanto, há outras três fontes de receita da Seguridade Social que não são computadas, como veremos mais adiante. Esse conjunto de receitas dá suporte aos gastos com Saúde, Assistência Social e Previdência e ainda há superávit. Para realizarmos esta análise é necessário considerar que os números utilizados para avaliar a situação financeira da previdência são duvidosos. Pegando como exemplo os anos de 2004 e 2005 temos a divulgação de que o déficit previdenciário, em 2004, foi de R\$ 32 bilhões e de R\$ 37,6 bilhões, em 2005. Na verdade, o que vem sendo usado como parâmetro é a soma parcial de receitas advindas das contribuições ao INSS sobre a folha de salários e demais rendimentos e de outras receitas próprias menos expressivas, deduzidas das transferências a terceiros e dos benefícios previdenciários do RGPS. Este cálculo não leva em consideração a totalidade das receitas que devem ser alocadas para a previdência social, conforme estabelece a Constituição Federal no Artigo 195, deixando de computar recursos significativos, provenientes da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Segue abaixo o artigo 195 da Constituição que descreve as demais fontes de receitas:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das seguintes contribuições sociais:

I. do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidente sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro

Um ponto importante para a discussão é que na própria Constituição de 1988 declara que a Seguridade Social será financiada mediante recursos vindos do orçamento da própria União, além das contribuições sinalizadas acima. Dessa forma, a Constituição estabelece que o próprio governo deve prover recursos do orçamento fiscal para atender as necessidades da seguridade social, mas infelizmente observamos justamente o contrário. Conforme será abordado mais adiante, o que ocorre na prática é justamente a utilização do orçamento da seguridade social como parte do orçamento fiscal. Sendo essa uma das principais causas do então chamado déficit da previdência, e além disso, uma

total inversão de valores quanto ao papel assistencial que deve ser desempenhado pelo Estado.

I.3 – O cenário brasileiro e internacional

O Brasil vive nos últimos anos uma realidade nada favorável, enfrentando uma contínua e acentuada queda do PIB, inflação elevada, crescimento do desemprego atingindo mais de 13 milhões de pessoas, além de uma queda brusca da produção industrial, desaceleração do investimento privado e do consumo das famílias e crescimento acelerado do déficit primário no setor público, que de acordo com dados do Tesouro Nacional, o governo central registrou déficit primário de R\$ 154,255 bilhões no fechamento de 2016. Isso tudo em meio a uma grande crise política que aumenta a insegurança aos olhos do estrangeiro. Por traz de todo este cenário há um programa de austeridade fiscal gerando o achatamento de gastos sociais e dos investimentos públicos. A Previdência é neste momento o alvo de reformas propostas pelas estratégias de contenção fiscal. O mesmo discurso usado em países Europeus agora dita o curso da economia brasileira, influenciando o atual governo, sendo assim um instrumento ideológico para desmontar o Estado de Bem-Estar Social.

Claramente conseguimos identificar a direção contrária que esta política de austeridade está tomando ao comparar o crescente corte de gastos ao mesmo tempo que o número de pessoas idosas cobertas pelo benefício cresce a cada ano. No período de 2004 a 2015 tivemos um aumento real do salário mínimo e por consequência a elevação do valor dos benefícios previdenciários, pelo vínculo legal existente entre eles. Dessa forma, temos o crescimento da renda disponível dos trabalhadores ativos que recorreram ao benefício da previdência. Pode-se afirmar que a elevação do salário mínimo é o principal fator que explica a expansão das transferências de assistência e previdência durante o período.

O crescimento no número de benefícios sociais e da massa salarial nos últimos anos teve efeitos claramente positivos no crescimento da arrecadação de receitas de Contribuições Previdenciárias. Vale lembrar que estas foram as únicas receitas que cresceram acima do PIB nesse período em todos os anos, mesmo após o período da crise de 2008. Essas contribuições são pagas por empregadores, trabalhadores assalariados e autônomos e representam a principal fonte de receita da Previdência Social. Desta forma, conseguimos realizar a primeira associação entre a elevação de gastos públicos com o aumento da demanda agregada e crescimento, trazendo dessa forma a sustentação financeira dos sistemas públicos de previdência. A elevação das receitas tributárias, resultado do crescimento de salários e lucros, fecha o balanço, tornando o sistema autossustentável.

Já quanto ao cenário externo, temos a mesma visão conservadora que dominou o discurso da maioria dos países e influencia a periferia, apoiada na existência de uma crise no sistema previdenciário público e o ataque às instituições do welfare state. Dessa forma, como consequência desta interpretação econômica, os sistemas de proteção social vêm passando por processos variados de mudança nos países centrais e na América Latina,

que têm enfrentado uma queda cada vez maior dos níveis de benefícios concedidos a população. Nos países como Grã-Bretanha, Nova Zelândia, Estados Unidos, Austrália e Canadá, programas mais radicais de reformas foram instituídos. Nos países escandinavos e da Europa continental França, Alemanha e Itália, o ajuste foi menos drástico. Uma das razões principais para a distinção entre as estratégias dos welfare states dos dias atuais está relacionada com as características sistêmicas herdadas do período do pós-guerra e com os grupos e interesses que esses legados geraram. Nos países da América Latina, os sistemas previdenciários passaram também por reformas, em alguns deles num processo de imitação do modelo de estratégia liberal, baseadas na privatização da previdência social, com ênfase na desregulamentação do mercado de trabalho e nos benefícios, enquanto em outros as mudanças foram mais limitadas. Países latino americanos como Chile, Peru, Argentina e Colômbia, Uruguai, Bolívia e México optaram por substituir, parcial ou integralmente, os sistemas públicos de repartição por sistemas privados obrigatórios de capitalização individual. Conseguimos desta forma identificar a mudança global no que tange a preocupação assistencialista por parte do Estado no pós década de 80. Com a queda gradativa das instituições assistencialistas vemos um efeito que influencia todo o resto do globo seguindo um movimento conversador de corte de gastos do chamado bem-estar social. Pior do que isso, muitas vezes em substituição a sistemas privados de capitalização individual, ou seja, a previdência privada, onde cada contribuinte depende de uma instituição financeira privada para que tenha seu direito de aposentadoria. Obviamente, nos cenários descritos principalmente nos países periféricos, os beneficiados acabam sendo os grandes bancos e instituições financeiras que ganham com a gestão da contribuição dos trabalhadores que buscam a previdência privada. Grandes taxas pelo serviço são cobradas por um serviço que outrora foi de direito do trabalhador que fosse uma garantia dada pelo governo.

I.3.a – Envelhecimento da população

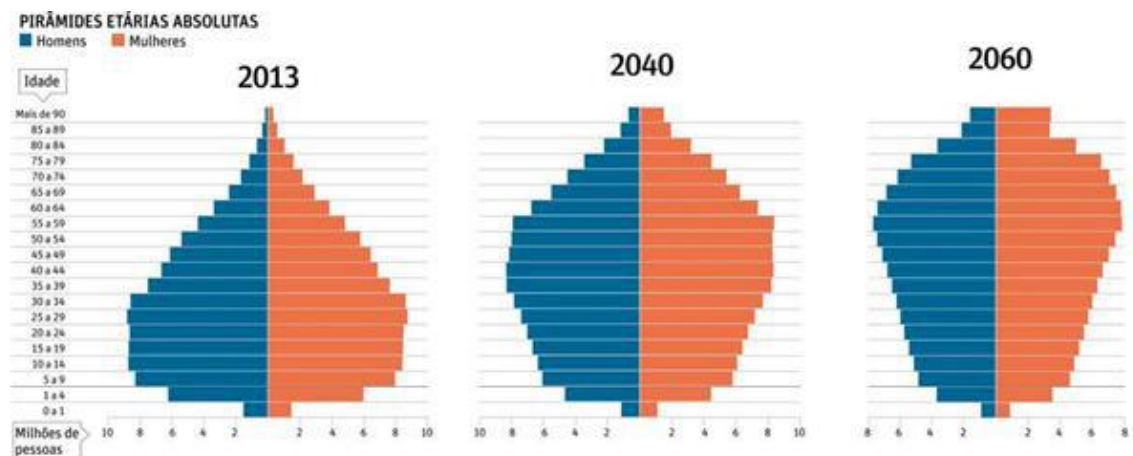
Indo na mesma direção que o resto do mundo, o Brasil enfrenta nos últimos anos o que parece ser o prenúncio de um envelhecimento da população sem igual em momentos anteriores a nossa história. O aumento da população idosa, e que por consequência usufrui dos benefícios previdenciários, acaba por gerar uma grande pressão no balanço da seguridade social. Ao mesmo tempo em que reflete conquistas importantes da sociedade brasileira, como universalização do acesso à saúde e melhora nos indicadores sociais de modo geral, o envelhecimento da população traz uma série de novos desafios. O principal deles é justamente o sistema de previdência, que preocupa governos em todo o mundo. Em contrapartida, com a taxa de natalidade decaindo e como consequência o número de contribuintes ao sistema da previdência também. Temos então um grande impasse com relação a sustentabilidade da previdência para aqueles que no futuro farão uso de suas aposentadorias. Conforme gráfico abaixo estimado pelo IBGE, pessoas com mais de 65 anos serão mais de um quarto dos brasileiros em 2060. O percentual deste grupo dentro da população representava 7,4% em 2013. Ou seja, conseguimos identificar que futuramente o número da população economicamente ativa (PEA) irá reduzir, e a partir de então haverá uma significativa mudança no panorama etário do país, o que resultará

em implicações com as contribuições e consequentemente com os benefícios aos idosos. De acordo com estimativas do próprio IBGE a população com mais de 65 anos superará 25% dos brasileiros em 2060, comparado aos 7% atualmente. Esse aumento do número de idosos, junto a queda de natalidade irá impor ao Brasil a tarefa de enfrentar, a médio prazo, os problemas causados pela queda populacional, que já ocorre em muitos países do primeiro mundo.

Um ponto relevante neste contexto que faria justamente a contrapartida ao crescimento da população idosa é a formalização da mão de obra disponível no mercado de trabalho. Com isso a situação de contribuições e gastos seria equilibrada, não afetando os gastos do setor previdenciário nas contas governamentais, pois haveria equivalência da população trabalhando e pagando os encargos sociais, assim como a população idosa que receberia seu benefício pelo tempo já trabalhado.

Conforme o gráfico abaixo explicita, conseguimos observar a queda da taxa de natalidade com a evidente diminuição no número de pessoas com idade entre 0 e 1. Além disso, seguindo essa queda da taxa de natalidade podemos ver que a população mais jovem passou a ter uma maior expectativa de vida, o que acaba por inverter a forma piramidal da população. O que temos no gráfico abaixo é a clara inversão da base da pirâmide ontem na projeção para os anos de 2040 e 2060 praticamente não teremos contribuintes o bastante para sustentar a população que não está mais ativa economicamente e cada vez com idade mais avançada.

Figura 1: Estimativa de pirâmides etárias (2013 / 2040 / 2060)



FONTE: IBGE

I.3.b – Mudanças estruturais no mercado de trabalho

Um dos indicadores mais importantes para a conjuntura previdenciária pode ser tido como a taxa de desemprego. Esta é a primeira a sinalizar o cenário atual da economia indicando um possível déficit ou superávit orçamentário, sendo provavelmente responsável pelo surgimento de déficits até mesmo em sistemas bem administrados. Por outro lado, o grau de formalização da força de trabalho tem um peso decisivo e por isso, numa realidade em que os benefícios tendem a se aproximar da universalização, passa a ser fundamental expandir a base de contribuições previdenciárias.

Como será esmiuçado mais adiante neste trabalho, é muito importante identificarmos que a Previdência vai muito mais além do que uma transferência de renda, tendo o papel importante no crescimento econômico. Trata-se de um gasto autônomo que ao final da cadeia se converte integralmente em consumo de bens não duráveis e duráveis, dinamizando a produção, estimulando o emprego e multiplicando a renda. Fazendo assim esta relação entre aquecimento econômico e gastos do governo no com a previdência, a política econômica expansionista é decisiva para enfrentar o problema de envelhecimento da população para as próximas décadas. A barreira demográfica deverá ser vencida através de uma política econômica ajustada para promover o crescimento e o pleno emprego e aumentando o número de contribuintes.

A sustentabilidade do sistema previdenciário de um país se baseia no nível de emprego formal, o patamar dos salários e a produtividade do trabalho, pontos que veremos em detalhes no próximo capítulo. Para que não haja risco de quebra do sistema previdenciário o crescimento econômico do país não basta, é preciso que aumento o número de contribuintes. Dessa forma é fundamental o aumento no nível de ocupação formal. Outro ponto importante é a especialização do trabalhador, para que se elevem a produtividade do trabalho, o que dependerá de investimentos em capital físico, educação, ciência e tecnologia e inovação. As grandes fragilidades estruturais de um sistema previdenciário derivam da baixa produtividade da indústria como será visto adiante. Dessa forma, a sustentação financeira do sistema previdenciário tem uma forte ligação com o comportamento do mercado de trabalho e com o regime de política macroeconômica, visto como determinante do ritmo de expansão econômica e dos ganhos de produtividade.

Em resumo, o equilíbrio do orçamento previdenciário, em face do envelhecimento da população, terá que ser perseguido através de políticas de pleno emprego e de elevação da produtividade. A idade e o valor das aposentadorias estão longe de serem os únicos determinantes da carga previdenciária, como prevalece nas reformas previdenciárias em discussão atualmente, que normalmente buscam o ajuste do sistema elevando o valor das contribuições sociais, reduzindo os benefícios e aumentando a idade de acesso.

O mercado de trabalho por sua vez atravessou de forma positiva os piores momentos da crise mundial até o fim do ano de 2014. A partir de 2015 e até o momento atual observamos um movimento de austeridade fiscal, política monetária de juros ainda

elevados e contração do crédito. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), o Brasil vem enfrentando a partir de 2013 uma taxa de desemprego geral da economia cada vez maior. Os empregos com carteira assinada também vem decaindo. Esses dados revelam o potencial negativo sobre o mercado de trabalho de uma política de redução brusca de gastos do governo federal.

I.4 – A viabilidade financeira da previdência social

Iniciando a análise da viabilidade da Previdência social por um ponto de vista contábil em um primeiro momento, vemos que se forem computadas de fato todas as fontes de recursos da previdência e deduzida a despesa total, o resultado apurado será um superávit todos os anos do período em estudo neste trabalho. O que ocorre no entanto é que estes superávits não são divulgados para a população, justamente com o intuito de fortalecer a ideia de que uma reforma da previdência é necessária. Além disso, conforme veremos no próximo capítulo, o crescimento de benefícios sociais e do salário mínimo tem efeito positivo no crescimento da arrecadação de receitas de Contribuições Previdenciárias, que são pagas por empregadores, trabalhadores assalariados e autônomos, principais fontes de receita da Previdência Social. Dessa forma, quando se considera o conjunto de receitas do sistema previdenciário, verifica-se que são suficientes para financiar todos os gastos do governo federal com Previdência, Saúde e Assistência Social. O resultado final é superavitário conforme dados do próprio INSS. O superávit que foi de R\$ 56,7 bilhões em 2010, R\$78,1 bilhões em 2012, R\$ 35,5 bilhões em 2014 e de R\$20 bilhões em 2015, apesar das enormes desonerações tributárias realizadas nos últimos anos, conforme veremos no próximo capítulo.

Além disso, conforme já levantado, podemos também observar gastos do governo, de forma sistemática, com recursos da seguridade social em despesas da União que pertencem ao orçamento fiscal, subtraindo recursos que estão vinculados aos gastos sociais, conforme descrito na Constituição Federal. Infelizmente esta informação em específico não chega ao conhecimento da população em geral, não é a maioria da população que tem ciência do tipo de gasto que pode ou não ser alocado no balanço dos recursos advindos das contribuições previdências. O resultado desta privação de informação é a adoção da ideia por parte da maioria da população de que o Sistema de Seguridade Social brasileiro enfrenta uma crise de grandes proporções em função do crescimento dos gastos previdenciários e que, dessa maneira, necessita de reformas que necessariamente implicam em corte de direitos sociais. No entanto, os dados estatísticos dizem o contrário desta tese e mostram que o Sistema de Seguridade Social tem sido autossustentável nos últimos anos, mesmo durante o período recente de crise econômica mundial. Além disso, se fizermos um comparativo do que estes superávits poderiam gerar de benefícios para a população veremos que seria possível elevar os gastos com saúde pública por exemplo, ou outros pontos fracos em nosso sistema como educação, o que poderia viabilizar uma grande transformação na prestação desses serviços.

Realmente não é possível determinar ao certo se o caminho de economia de recursos via redução de gastos sociais poderá proporcionar recursos suficientes para pagar os gastos extraordinários que o governo impõe como encargos da previdência. O que podemos presumir a partir dos dados contábeis é que uma grande parcela da população estará privada da renda que necessita para sua sobrevivência além de perdermos um dos maiores impulsos econômicos existentes e um dos maiores instrumentos da política econômica, os gastos públicos possibilitando o aumento dos gastos autônomos. Reduzir esse gasto implicaria em uma política monetária restritiva e de baixa eficiência. A atual política de juros ainda elevados para patamares internacionais, e a redução dos gastos financeiros poderiam dar espaço para a construção de uma política fiscal anticíclica mais ativa, apoiada em investimentos públicos e nos gastos sociais, incluindo saneamento básico, habitação popular, infraestrutura de transporte urbano e cultura.

Além disso, outro ponto pertinente no que tange a viabilidade financeira do sistema da previdência no Brasil é o fato de que o suposto déficit previdenciário leva em consideração apenas a receita de Contribuição Previdenciária (INSS), no entanto, há outras fontes de receita da Seguridade Social não são computadas mas que dão pleno suporte aos gastos com Saúde, Assistência Social e Previdência e ainda há superávit: a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), o PIS/PASEP e a receita de concursos de prognósticos. Importante lembrar também que estas fontes de receita são todas garantidas pela Constituição de 1988, ou seja, a não consolidação destas configura em uma ruptura com a norma imposta para o cálculo do balanço da previdência. Servindo dessa forma como mais um ponto a favor do fato do suposto déficit do sistema previdenciário ser colocado em questionamento.

I.5 – A outra visão sobre o déficit e seus argumentos

A corrente que defende a ideia de que o sistema de seguridade social não é sustentável utiliza-se de argumentos conservadores para interpretar a atual situação deficitária das finanças públicas o principal obstáculo para a recuperação da economia brasileira. Argumenta-se que enquanto o déficit existir teremos baixa poupança, aumento gradativo da dívida pública, gerando elevação dos juros. Como objetivo, esta linha valoriza o equilíbrio fiscal e as atuais tendências demográficas em suas teses. Além disso, tem-se que o gasto previdenciário é a fonte do atual desequilíbrio fiscal do país e que por este motivo a reforma da previdência deve ser implementada imediatamente para conter este buraco no orçamento. Com o envelhecimento da população o gasto previdenciário se tornará maior no futuro, uma vez que a taxa de crescimento do número de aposentados será maior que a da força de trabalho contribuinte. Este discurso tem apoio da mídia e vem influenciando todos que desconhecem os verdadeiros motivos do déficit que enfrentamos atualmente. Uma das bases desta ideologia que defende que a causa raiz do déficit está nos gastos com seguridade é o apoio a redução da oferta pública de bens e serviços abrindo espaço para o crescimento econômico via setor.

A ideia atualmente vendida de falência dos sistemas previdenciários públicos vem sendo propagada em todo o mundo desde os anos 80 com a recessão daquela época e após a grande crise de 2008 ganhou grande impulso meio ao conhecimento geral da população mundial. O objetivo central de combate ao subdesenvolvimento e redistribuição da renda perdeu importância e abriu o caminho para as grandes instituições financeiras sobre os recursos públicos. Um sistema de seguridade social baseado em princípios redistributivistas vai de encontro com o domínio das finanças sobre os recursos do orçamento da seguridade social. Dessa forma, para alguns economistas como Giambiagi (2007) o principal argumento utilizado para justificar as alterações nos sistemas governamentais de seguridade social, é de que os custos dos sistemas previdenciários são insustentavelmente crescentes graças ao gradativo envelhecimento da população. E que além disso, o crescente aumento destes gastos seriam derivados não só pelo envelhecimento da população, mas também pelo aumento do salário mínimo, que define o piso dos benefícios. Ou seja, a problemática da seguridade social passou a ter um caráter simplesmente demográfico, que possui uma única solução, sendo ela restringir de diversas maneiras o acesso aos direitos reduzindo o valor dos benefícios, aumentando a idade para a aposentadoria e elevando o tempo e o valor das contribuições a serem pagas. Essas ideias são elaboradas e propagadas com apoio de alguns economistas que defendem o déficit se apoiando na questão demográfica, ignorando a questão da gestão financeira das receitas previdenciárias.

I.6 – Correlação entre gastos públicos e o aumento das receitas arrecadadas pelo governo

O gasto público com políticas sociais conquistou grande espaço entre os instrumentos de política econômica nos anos 2000, quando passou a ser um dos determinantes para a dinâmica da economia nacional. A conexão entre benefícios sociais e nível de atividade econômica tem extrema importância ao ativar diretamente o consumo das famílias. Esse tipo de gasto tornou-se impulsionador da demanda agregada, em função de sua importância.

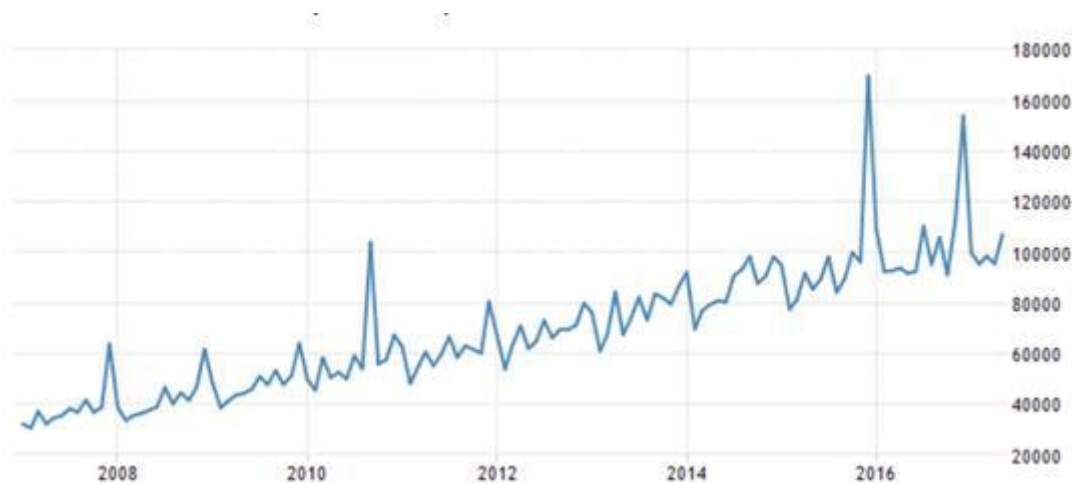
O que aparentemente parece não ser observado é a correlação entre gastos públicos e o aumento das receitas arrecadadas pelo governo. Gastos públicos podem trazer diretamente poder de consumo aos que gozam do benefício da seguridade, que acabam por trazer a força que impulsiona a economia pelo lado do consumo, gerando lucros aos que produzem os bens de consumo, e que por final, acabam gerando um maior recolhimento de impostos, aumentando a receita do governo. Este é o primeiro ponto a ser levado em conta, a geração de um maior recolhimento a partir de um aumento nos gastos públicos.

Outro fator importante é a redução da pobreza e da desigualdade no período 2011-2014. Segundo Gentil (2016), os mecanismos que produziram esse resultado de forte impacto político foram as transferências de renda para as famílias vinculadas ao crescimento real do salário mínimo, a expansão do crédito para pessoas de baixa renda e

para pequenas e médias empresas e o crescimento do emprego formal. Em especial o crescimento do emprego formal, que traz o foco a questão do pleno emprego, importante para o nível de produto do país. Há de se levar em conta o cenário em que este movimento se fez possível. Em função da maior disponibilidade de crédito na esfera internacional e da elevação do preço das commodities, o que facilitou o crescimento econômico da região junto a expansão do consumo. O novo cenário de crescimento levou também a um relaxamento das restrições fiscais, especialmente das receitas vinculadas aos gastos sociais na área de previdência, saúde e assistência social. Vale lembrar que as políticas de impacto social foram adicionadas, pelos governos de Lula e Dilma à política econômica criada durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, quando a base de crescimento se apoiava no tripé macroeconômico (metas de inflação, metas fiscais e câmbio flutuante).

No gráfico abaixo conseguimos observar o ritmo crescente mantido pelo governo em seus gastos desde o ano 2000. O índice chegou ao seu ponto máximo em dezembro de 2015, iniciando uma quebra do ritmo que vinha tendo, mantendo um patamar até o presente momento. Houve a tendência de se manter o ritmo de gasto, porém não é o que o cenário econômico demandado neste momento.

Figura 2: Gastos do governo 2000-2017



FONTE: IBGE

Dessa forma, o que vemos é um novo cenário se configurando frente a nova organização econômica mundial. Estamos diante de uma queda em ritmo acelerado do PIB do país, que vinha de uma taxa de 4,6% a.a. em média no período de 2007-2010, para 2,1% a.a. em 2011-2014, seguindo um ritmo de queda até o início de 2017. Além disso, outros dados que preocupam o mercado brasileiro é a inflação em caminhando para patamares acima do limite da meta estabelecida, crescimento do desemprego, queda brusca da produção industrial, desaceleração do investimento privado e do consumo das famílias e crescimento do déficit primário no setor público.

Outro ponto relevante é a relação direta dos gastos do governo com a seguridade social e o crescimento da demanda agregada. Há de se entender que os gastos com aqueles que tem o benefício da previdência, uma população com alta propensão a consumir (idosos, carentes, pensionistas, enfermos, acidentados, famílias de baixa renda e desempregados) transformou-o no mais importante componente autônomo da demanda agregada a influenciar o ritmo da expansão econômica nos últimos dez anos, por intermédio da criação de um mercado interno de consumo de massa, estes são tidos como gastos autônomos. Estes são impulsionados quando apoiados pelo governo, o que gera uma consequência positiva a produção do país. Uma vez que os gastos determinam a renda, seguindo esta prerrogativa pode se observar que gastos com a previdência trazem para economia uma força extra para o crescimento. Sendo então um instrumento de política pública o gasto de grande força, que atualmente parece esquecido.

Além disso, gastos do governo visando a ampliação da infraestrutura social nas áreas de saúde e de assistência social também contribuem como força geradora para um ambiente favorável a economia do país. O Estado intervindo com construção de prédios, compra de equipamentos e insumos e também contratando mão de obra para estes setores favorecidos. Sendo assim uma intervenção pelo lado da oferta, onde o principal produtor é o governo.

1.7 A questão da produtividade

Podemos também enxergar a conexão da política social e a elevação da produtividade onde o gasto social acaba por ampliar a criação de habilidades e capacidades dos trabalhadores em geral. Políticas de inclusão que acabam por buscar a promoção social, qualificando a mão de obra e inserindo aqueles que não contribuam para o sistema. Conforme estudado por Gentil (2006), a partir destas políticas conseguimos observar o aumento da produtividade e inovação na economia brasileira, e por consequência o aumento de contribuição da previdência e arrecadação. Sendo este um ponto crucial na corrida por manter o patamar da seguridade social sustentável, além de ir em linha com o desenvolvimento econômico.

Como desafio ao crescimento econômico é possível ver que os níveis de salário vêm aumentando muito acima do que a produtividade média da economia brasileira. Ao primeiro olhar podemos destacar este crescimento como uma conquista em benefício ao trabalhador. Mas deve-se ter uma perspectiva mais além, tendo no horizonte de análise econômica a produtividade como balizador para o crescimento dos níveis de salário. Não se pode ter como saudável para a economia de uma nação níveis de salário real acima da produtividade. Esta configuração acaba por deteriorar a conjuntura econômica do país. Patamares de salários acima da produtividade por longos períodos podem ser traduzidos como alto custo de produção sem contrapartida, para o detentor do meio de produção. Em outras palavras, para o capitalista que detém a força produtora, não se mantém sustentável um custo cada vez maior da mão de obra sem que esta produza cada vez mais, mantendo-se o tempo de trabalho. O custo de salários cada vez maiores deve vir acompanhado de

uma produção cada mais eficiente e produtiva. Mais indivíduos podem ser amparados pelo sistema de proteção social quanto maior for a produção de cada trabalhador ativo a cada ciclo produtivo. Isto quer dizer que a relação PIB/população ocupada deve crescer para atender às necessidades dos que ficaram inativos, temporária ou definitivamente. Nossa economia conviveu nos últimos quinze anos, com a estagnação da produtividade em setores estratégicos. Com a estagnação deste parâmetro acabamos por recorrer a medidas emergenciais para se utilizar de estratégias para aumentar a produtividade dentro da economia. O setor industrial doméstico tem cada vez mais perdendo sua competitividade frente aos seus concorrentes. Com cada vez menos diversificação e inovação, além de pouca capacitação. Nesse caso a economia acaba por ficar em uma situação de dependência externa onde o agronegócio voltado a exportação é o principal fator que impulsiona a economia. Como consequência da estagnação da indústria o consumo interno acaba por ser alimentado pelas importações, trazendo com isso um prejuízo conjuntural que atinge também o saldo da balança comercial. Dessa forma, retornando a esfera de gastos sociais, não se pode seguir com o mesmo em patamares não sustentáveis quando se enfrenta ritmos de desenvolvimento econômicos desfavoráveis. A conclusão que se quer trazer é que um ciclo de crescimento comandado pela demanda apoiada no progresso da política social precisaria ter sido acompanhado por rápido desenvolvimento industrial para que ocorresse o contínuo aumento da produtividade média da economia.

Dessa forma, a elevação continua da produtividade no longo prazo é decisiva em um cenário como o que o Brasil enfrenta atualmente. Este fator tem muita importância para que seja possível sustentar o poder de compra do salário mínimo, e também para que não se agrave ainda mais o conflito distributivo entre lucros e salários e não resulte em maior elevação dos preços. A queda da margem de lucros cria pressão dos empresários produtores por correção de preços, insistência na redução de salários e apelos por reformas trabalhistas e previdenciárias que reduzam direitos sociais. Sendo esta exatamente a situação que vivemos hoje em nosso País. Tendo o PIB crescido nos últimos anos em grande parte por conta do aumento de nível de emprego, chegamos ao ponto máximo que esta via pode nos proporcionar, e por conta de uma falta de acompanhamento do nível de produtividade o PIB tem tido uma sequência significativa de quedas. Justamente por estar apoiado principalmente em uma variável que tem limite de crescimento.

Partindo então da máxima Keynesiana de que o crescimento tem como base os gastos autônomos, ou seja, aqueles que não dependem do nível esperado de renda gerados pelas decisões de produzir. Sendo estes constituídos pelo consumo autônomo, investimento, gasto do governo assim como as exportações. Seguindo nesta construção teórica conseguimos observar que a transferência de valores com os gastos da previdência são um gasto autônomo, realizado pelo consumo autônomo das famílias. Dessa forma, estes gastos não só reduzem a pobreza da população mais necessitada, mas como ainda faz com que a demanda agregada seja impulsionada, assim como o crescimento econômico como um todo. Por este motivo, por ser uma renda destinada a uma parte da

população que irá consumir integralmente o que recebe com os diversos programas sociais, o governo tem em suas mãos a formação de uma importante ferramenta de política econômica. Sendo este um importante instrumento que acaba por aumentar o nível de produto na economia.

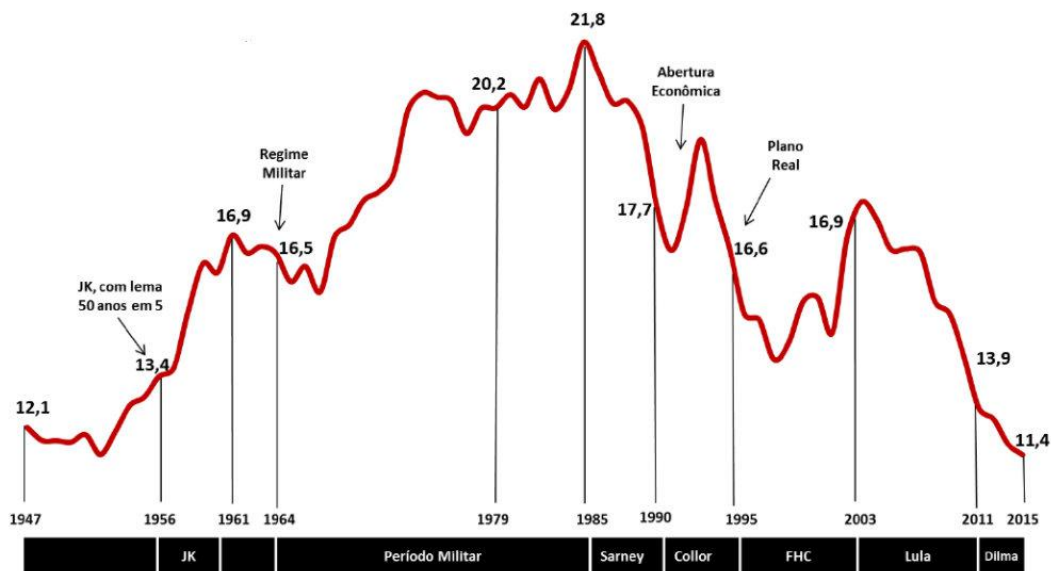
Sendo assim, sabemos que a produtividade é uma variável-chave na sustentabilidade do sistema previdenciário. Primeiro porque o consumo mais elevado, que decorre do crescimento do número de inativos, precisa ser compensado com o aumento da produção dos trabalhadores ativos. Mas não apenas um aumento momentâneo no nível de produto, mas sim um constante aumento no nível de produção. Em segundo lugar, o sistema previdenciário está apoiado em receitas oriundas da massa salarial, dos lucros e do faturamento e, sendo assim, o crescimento da produtividade é essencial para o aumento dessa base de incidência de tributos. Ou seja, o aumento da produtividade aumenta também o nível do montante final que incide a tributação. Ou seja, uma maior produtividade induz uma maior arrecadação. Em terceiro, porque os postos de trabalho do setor industrial, por serem de mais elevada produtividade, de remuneração mais alta, funcionam como um guia para o resto da economia. Salários mais altos e formalidade do emprego reforçam o orçamento previdenciário e aumentam a arrecadação. Dessa forma, a elevação da produtividade média é decisiva numa economia como a brasileira, para sustentar o poder de compra do salário mínimo e médio, para que não se agrave ainda mais o conflito distributivo entre lucros e salários e não resulte em maior elevação dos preços. A queda da margem de lucros cria pressão dos empresários produtores por correção de preços, insistência na redução de salários e apelos por reformas trabalhistas e previdenciárias que reduzam direitos sociais. Sendo este exatamente o cenário que vemos hoje em dia. Queda da produtividade por motivos conjunturais, acompanhada pelo constante aumento do salário nominal, trazem uma diminuição nos lucros dos produtores, o que implica no aumento dos preços finais ao consumidor. Há então a busca por reformas no sistema que beneficiem aqueles que detem os meios de produção de forma a redesenhar a distribuição de riqueza dentro da população.

Devemos então avaliar as diversas possíveis causalidades que determinam o comportamento da produtividade de uma economia e seu vínculo com a indústria. O circuito começa com as políticas macroeconômicas. Suas principais variáveis (taxa de câmbio, taxa de juro e gasto do governo) afetam diretamente a demanda agregada que, por sua vez, determina a acumulação de capital físico, ou seja, infraestrutura e equipamentos, e o progresso tecnológico. O crescimento é essencial para a absorção de novas técnicas, porém, não se trata de qualquer tipo de crescimento, mas daquele apoiado no setor de manufatura, pois é este que determina o comportamento da produtividade, devido a sua alta capacidade de gerar inovações e de disseminar tal inovação por todos os setores da economia. A indústria manufatureira opera com retornos crescentes de escala, motivo pelo qual possui a mais elevada capacidade para disseminar seus ganhos de produtividade para a economia como um todo.

Infelizmente no Brasil essa cadeia de transmissão não funcionou. Houve a combinação de uma política macroeconômica conservadora, que produziu um

crescimento apenas moderado e instável, com baixa geração de infraestrutura. Além disso, acompanhada de uma perda de participação da indústria de transformação no PIB e como consequência a estagnação da produtividade. Esta foi certamente a característica fundamental do comportamento da base produtiva dos anos 2000-2015. Vale destacar que qualquer crescimento econômico nesta fase se deve exclusivamente ao setor de serviços e do agronegócio, voltado para a exportação, que impulsionaram o PIB nacional. Segue abaixo a evolução da participação da indústria de transformação no PIB brasileiro. Conseguimos identificar uma continua queda desde 2004. De conhecimento sobre este fato e também da composição atual do PIB, onde predomina o setor agropecuário e de serviços, podemos presumir que o caminho que nossa economia está tomando está longe de uma busca por sustentabilidade e crescimento no longo prazo. Seguindo nesta linha de raciocínio podemos concluir que o não crescimento da parcela da indústria de transformação na composição do PIB trará ao longo prazo, uma complicação conjuntural para a economia nacional difícil de precisarmos as consequências. Sabemos que as medidas para reverter a situação devem ser tomadas o quanto antes e que quanto mais divergirmos do equilíbrio entre crescimento econômico e níveis de salário, acompanhado por produtividade, maior será o preço pago pelo trabalhador que vê atualmente o poder de compra do seu salário diminuir cada vez mais, a espera de políticas econômicas que vá no sentido contrário deste ciclo degradante para o país.

Figura 3: Participação da indústria de transformação em % do PIB (1947-2015)



FONTE: IBGE

A conexão entre indústria e sistema previdenciário é essencial num cenário de envelhecimento da população. A produtividade do trabalho junto com o nível de emprego, possui grande importância na busca pela sustentação financeira dos esquemas de proteção social. Podemos então em algum momento nos questionar sobre os motivos da

produtividade brasileira ser tão baixa. Ou melhor, o motivo desta não ter mantido o ritmo que tinha até a década de 80, conforme ilustra o gráfico a seguir. Conseguimos observar que o país vinha desde a década de 70 em um intenso ritmo de aumento da produtividade até seu pico no início da década de 80. A partir daí temos uma grande queda até se manter constante nos patamares atuais. O quadro da produtividade brasileira é ainda mais dramático quando comparado com outros países. Atualmente, até a China tem se aproximado do Brasil. Neste ano estimasse que um trabalhador chinês vai produzir US\$ 25.198. Estamos ficando cada vez mais para trás e isso é resultado do processo de desindustrialização brasileira.

I.7.1 investimento e infraestrutura

Podemos então concluir que um dos fatores que ajudam na baixa produtividade brasileira nos últimos anos é o baixo investimento que presenciamos. Como exemplo, no primeiro trimestre de 2016 tivemos 16,9% do PIB, enquanto em países como China o investimento tem uma importância muito maior, chegando a 50% do PIB e na Índia, 33%. Dessa forma, menos investimentos significa menos produtividade, do trabalho e de capital. Apenas uma baixa taxa de desemprego e qualificação da mão de obra não é suficiente se não investimentos em tecnologia, com maquinário mais moderno, capazes de otimizar a produção. Mas esta falta de investimento na produção tem como principal justificativa um velho problema que é a elevada taxa de juros no País (hoje 10,25% ao ano), que desestimula projetos de expansão e melhorias de eficiência. Como resultado disso acabamos tendo um intenso fluxo do capital que poderia ser investido na economia real, mas que acaba sendo atraído diretamente para o mercado financeiro que atualmente usufrui de altas taxas de rendimento. Temos aí uma inversão de valores, onde basicamente o desenvolvimento do país é deixado em segundo plano para que seja priorizado o setor financeiro, onde o principal setor beneficiado é o privado.

Outro fator que contribui para a baixa produtividade brasileira e aumento para o custo Brasil é a péssima infraestrutura, comparada a outros países no mesmo nível de industrialização. Sem ferrovias suficientes e com as estradas em condições precárias, toda otimização na produção obtida dentro da fábrica é revertida pelos custos logísticos da distribuição do produto. Algumas empresas relatam que quando comparado aos Estados Unidos, um caminhão consegue percorrer 400 quilômetros num dia. Em rodovias brasileiras este número cai para 45 km em média. Além disso, a violência e roubo as cargas transportadas é outro fator que faz pesar o custo Brasil no momento do empresário decidir em investir. Sem falar na falta de infraestrutura também para a locomoção do trabalhador ir e vir para o local de trabalho, que por si só já prejudica a disposição do empregado quando chega para efetuar sua tarefa diária, diminuindo drasticamente sua produtividade pessoal. A questão dos portos defasados também entra na lista de pontos que contam contra a infraestrutura brasileira e aumenta o custo para produção em solo brasileiro. Por falta de investimento o empresário enfrenta longas filas de caminhões aguardando para embarque das suas mercadorias no momento de escoar a produção para

o mercado externo. Isso em uma economia apoiada em produtos agrícolas voltados principalmente ao exterior.

Além disso, outro ponto que é de conhecimento comum é a burocracia que dificulta desde a abertura de uma nova empresa até a própria obtenção do crédito. Isso significa gasto de recursos com atividades que não aumentam o Produto Interno Bruto e, conseqüentemente, não têm impacto positivo na produtividade do trabalho. Além disso, outro fator cultural no cenário brasileiro é a alta rotatividade do trabalhador nas empresas, que acaba ocorrendo por diversos motivos. Em média um trabalhador brasileiro fica quatro anos no mesmo no mesmo emprego, muito pouco em comparação as economias mais desenvolvidas. Isso impacta não somente na falta de tempo do empregado em se desenvolver naquela atividade, e dominar totalmente sua função, como também traz enormes custos a empresa que precisa admitir e treinar um novo funcionário pouco tempo depois. Além disso, outro ponto diretamente ligado ao trabalhador que impacta a baixa produtividade é a sua baixíssima qualificação. Além do analfabetismo que é bem alto, quem sabe ler muitas vezes não tem uma especialização, com isso não tem domínio total em suas funções.

CAPÍTULO 2 – INFLUÊNCIA DA POLITICA ECONÔMICA SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL

2.1 Os desvios do orçamento da Seguridade Social e suas causas

A influência da política econômica sobre a seguridade social durante toda a década de 90 teve como resultado o estrangulamento dos recursos da previdência. O sistema de seguridade social foi destinado a contribuir, direta e indiretamente, para arcar com juros e amortização da dívida pública, gerando um enorme desequilíbrio no orçamento fiscal. Dessa forma, conseguimos ter a clara visão de que o problema deste desequilíbrio não reside na receita, mas sim nas despesas do balanço da previdência. Como vimos no primeiro capítulo, receita esta que não incide somente sobre a contribuição dos trabalhadores, mas também sobre o lucro, faturamento e na movimentação financeira. Embora as despesas do sistema de seguridade social tenham-se elevado, as receitas cresceram muito mais, porém os gestores da política econômica encontraram meios de deslocar recursos excedentes vinculados à seguridade social para assegurar o superávit primário do orçamento público consolidado. Mas mesmo assim, o ajuste fiscal não foi alcançado em função dos enormes gastos financeiros.

Historicamente a política econômica brasileira é marcada por justos altos se comparados a patamares internacionais. Apesar de termos vistos movimentos recentes indo na direção de queda de juros, mesmo assim ainda vivemos em níveis altos demais para a saúde da economia. A manutenção desta taxa em níveis altos traz uma série de conseqüências negativas a esfera econômica do país. Em uma primeira impressão conseguimos realizar a associação de que a alta dos juros restringe o consumo e o

investimento, impedindo a expansão econômica do país, trazendo como consequência desemprego e empregos informais. Além disso, juros altos atraem o capital especulativo externo, como podemos imaginar. Como consequência desta atratividade de capital externo temos valorização da nossa moeda, desfavorecendo aquele que exporta e beneficiando importações. Sendo este mais um ponto em que os juros altos prejudicam a economia.

Um ponto que iremos observar mais detalhadamente ainda neste mesmo capítulo são os prejuízos criados às contas do governo quando este decide por manter a taxa básica da economia alta demais. Algumas de suas principais dívidas tem como indexador a taxa Selic, o que por sua vez acaba por elevar as dívidas federais a patamares não saudáveis para a economia. O que ocorre em contrapartida é o movimento do governo para redução de gastos e elevação da carga tributária, tendo como consequência contenção de demanda e desaceleração na economia. Sistemáticamente este cenário de despesas desaceleração econômica implica ao governo um aumento dos gastos com seguro-desemprego.

Sendo assim, podemos ver que fica cada vez mais claro a impossibilidade de seguirmos nesta estratégia econômica. O arrocho fiscal não é mais viável via crescimento da carga tributária, que já atingiu um limite muito elevado, sendo muito custosa politicamente e também socialmente. Já quanto a redução dos investimentos não há possibilidade de reduzi-los uma vez que estes já tem sido muito baixo ao longo dos últimos anos e já são fortes os efeitos negativos sobre a infraestrutura, conforme visto no capítulo 2, comprometendo a produtividade do país.

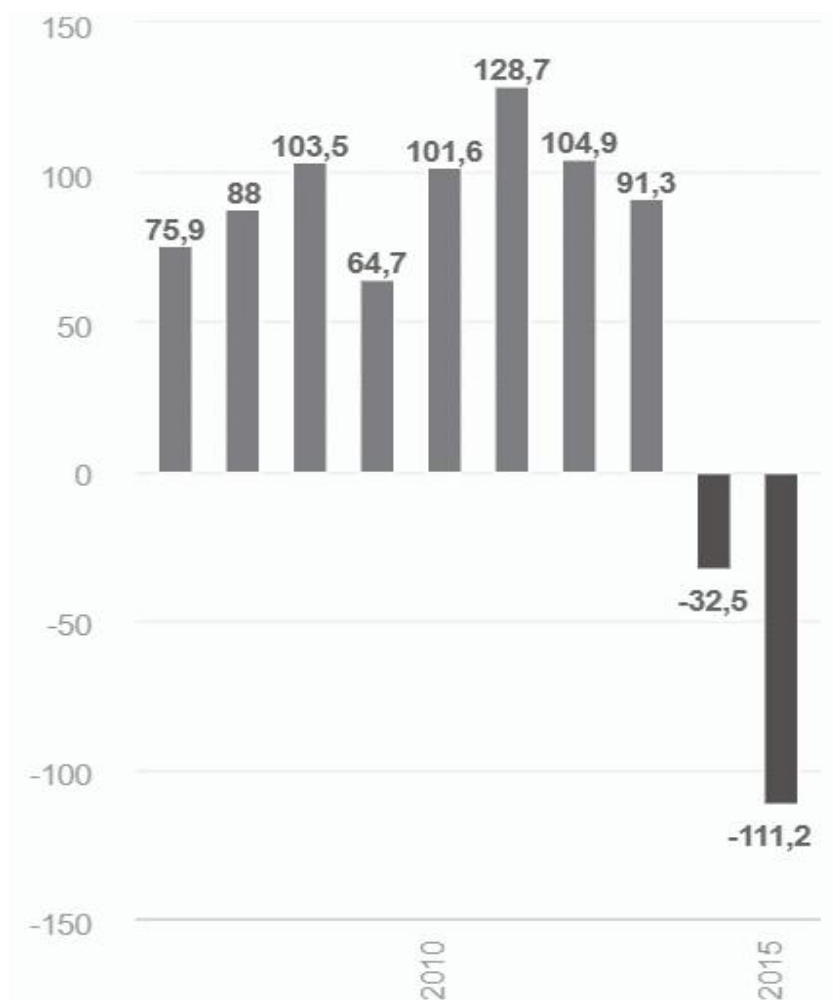
Dado o cenário descrito, o caminho procurado pelo governo é a contenção dos gastos com a previdência social, com ampliação da desvinculação das receitas da União e para a revisão dos gastos sociais para acomodar os efeitos da política monetária sobre o orçamento público. Ou seja, para reduzir a dívida pública se recorre a um maior corte de gastos da previdência e ampliação dos graus de liberdade no manejo da política orçamentária, infelizmente. Existe assim uma pressão por redução dos gastos previdenciários. Como mostram alguns dados disponibilizados pelo próprio ministério da fazenda, desde de 1994 até hoje há um aumento dos gastos previdenciários. Devemos sempre levar em conta também o fato de que estes gastos se tornaram indispensáveis para uma parcela da população, além de importantes para a estabilidade da economia. Porém, os gastos com juros da dívida adicionados aos gastos com amortização desta são os maiores gastos do orçamento federal, conforme dados do Ministério da Fazenda. Vale lembrar que a dívida pública nunca esteve em patamares tão altos como nos últimos anos e o movimento atual não é de queda, chegando em 2016 ao valor nunca alcançado antes de 70,5% do PIB, de acordo com o último relatório disponibilizado pela CEPAL.

2.2 Gastos com juros da dívida e a busca pelo superávit primário

Para seguirmos com a análise sobre a gerencia do orçamento da seguridade social, devemos levar em conta o caráter importante que existe em torno da realização de um superávit primário para o governo Federal. Aos olhos do investidor externo, este serve

como orientação sobre as contas públicas do país. Um superávit indica que o país tem capacidade de pagar o que deve, ou seja, tem menos risco de crédito e, portanto, poderá ser um bom destino para capitais internacionais. Caso não seja possível pagar suas dívidas e por isso precise financiar seus gastos, dado que a arrecadação não foi suficiente, o governo emite títulos públicos que são vendidos no mercado em troca deste financiamento. No caso brasileiro, há um déficit histórico, dado que seu superávit primário, quando comparado com o PIB, é baixo e os juros, que corrigem o valor da sua dívida, são altos. Por isso, o governo não consegue pagar todo o juro, muito menos abater o valor de sua dívida. Por isso, conseguimos esclarecer a preocupação do governo em gerar um superávit primário, assim como desvincular parte do orçamento destinado a seguridade para pagar juros da dívida pública, remunerando os títulos emitidos em troca de empréstimos no mercado para seu financiamento. Segue abaixo um gráfico com os valores do resultado fiscal durante o período em estudo neste trabalho.

Figura 4: Resultado primário anual em R\$ bilhões (2000 – 2015)

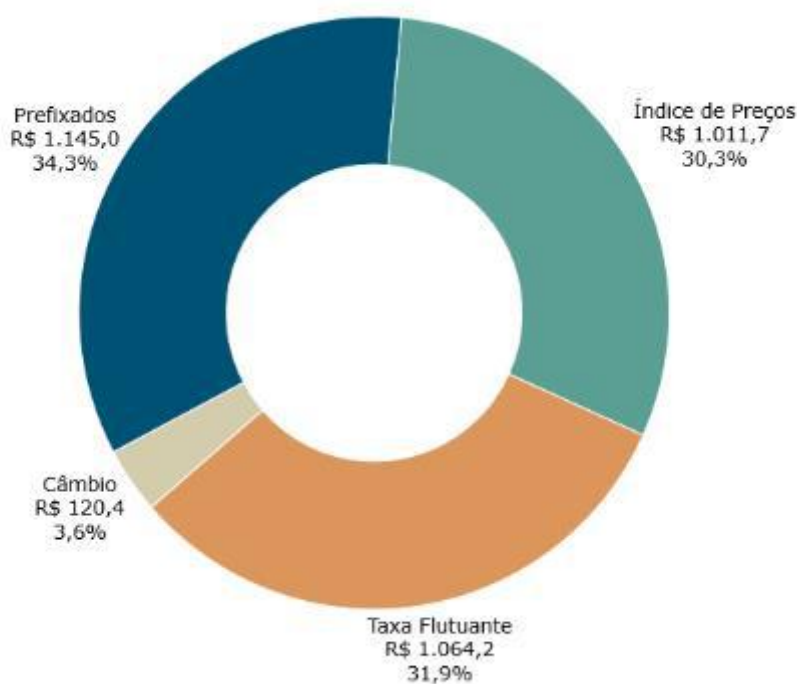


FONTE: BANCO CENTRAL

2.2.1 Composição da dívida por indexador

Um ponto pertinente a ser levado em conta é a análise da dívida com foco em seus indexadores. No Brasil, mais da metade da dívida é atrelada aos juros, sempre que a taxa de juros Selic sobe, o juro sobre a dívida pública cresce. Com isso, conforme explorado em no início deste capítulo, nosso país possui historicamente juros altos se comparado a níveis internacionais. Dessa forma, a partir de uma política econômica ortodoxa de combate a inflação, toda vez que o Copom eleva os juros com intuito de queda do índice inflacionário metade da dívida aumenta. Como países com dívida alta em relação ao PIB precisam de juros mais altos, cria-se um círculo vicioso do qual só se sai com cortes profundos de gastos. Segue abaixo a figura que detalha a porcentagem da dívida em relação ao tipo de indexador:

Figura 5: Dívida pública federal dividida em indexadores (2017)



FONTE: TESOURO NACIONAL

2.3 Desvinculação das Receitas da União

Dessa forma, observamos que o comprovado superávit da seguridade tem servido aos propósitos da política fiscal, claramente focada na geração de crescentes superávits primários. Ou seja, o déficit fiscal não reside nos gastos excessivos da seguridade social, mas no direcionamento dos recursos, por decisão do governo, em empregar no pagamento de juros da dívida pública. Portanto, uma parcela cada vez maior do orçamento da

previdência é desviada para pagamento de despesas financeiras com juros e em outras despesas correntes do orçamento fiscal. Um ponto de grande importância nesta análise é o fato de que o desvio de recursos da seguridade social supera o que foi legalmente autorizado pelo mecanismo da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Este mecanismo permite ao governo desvincular apenas 20% das receitas de contribuições sociais para usar em outros gastos forma livre de qualquer vinculação a despesas específicas. Porém, o que vem ocorrendo é uma desvinculação superior ao limite legalmente permitido pela própria Constituição Federal de 1988.

Segue também uma tabela com os valores desvinculados das receitas da seguridade social. Nela conseguimos observar o crescente movimento de gastos acima do permitido pela Constituição de 1988.

Tabela 1: Desvinculação de Receitas da União em R\$ milhões (2000-2015)

| | | | |
|-------------|--------|-------------|--------|
| 2000 | 13.813 | 2008 | 39.297 |
| 2001 | 15.896 | 2009 | 38.776 |
| 2002 | 18.049 | 2010 | 45.860 |
| 2003 | 21.670 | 2011 | 52.441 |
| 2004 | 27.900 | 2012 | 58.075 |
| 2005 | 33.829 | 2013 | 63.415 |
| 2006 | 35.174 | 2014 | 69.082 |
| 2007 | 40.082 | 2015 | 73.546 |

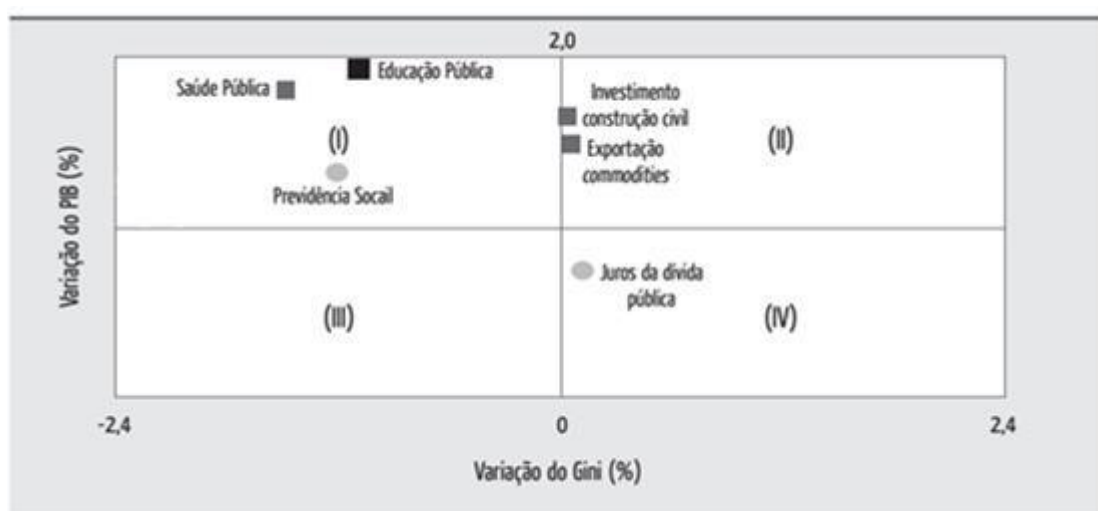
FONTE: MINISTERIO DA FAZENDA

2.3.1 Os verdadeiros beneficiados com a DRU

Um dado importante neste estudo, mas que normalmente não levado em consideração, é o fato de que apesar de importante aos olhos dos investidores externo e interno, os pagamentos de juros da dívida são recursos esterilizados. Ou seja, não ingressam no circuito produtivo para gerar emprego e renda, nem se destinam a elevar a oferta de serviços públicos de que a população necessita. Na verdade, dentro de todas as alternativas do Governo para reverter o quadro econômico atual a desvinculação das receitas da união para pagamento de juros da dívida pública são os que menos trazem benefícios para o país. Conforme figura abaixo, podemos ver a comparação entre diversos instrumentos de política econômica e seus benefícios sem relação a variação do Gini, índice que mede a desigualdade econômica em um país, e também quanto a variação do PIB. Claramente visualizamos a diferença entre gastos com a previdência social e o pagamento de juros da dívida pública. Gastos com os juros da dívida implicam em retração do PIB, justamente por não contribuir para o aumento do nível de produção, e também elevam o nível de concentração de renda justamente por beneficiar uma parcela

pequena da população. Enquanto isso, gastos com a previdência social trazem uma variação positiva do PIB, justamente por transferir renda a uma parcela da população que irá consumir todo o montante e ao final da cadeia se converte integralmente em consumo de bens não duráveis e duráveis, dinamizando a produção, estimulando o emprego e multiplicando a renda. Além disso, traz também a queda do índice de Gini, pois ao realizar esta transferência de renda aos mais necessitados acaba por diminuir a desigualdade econômica no país.

Figura 6: Efeitos de gastos do governo sobre o crescimento econômico e a distribuição de renda



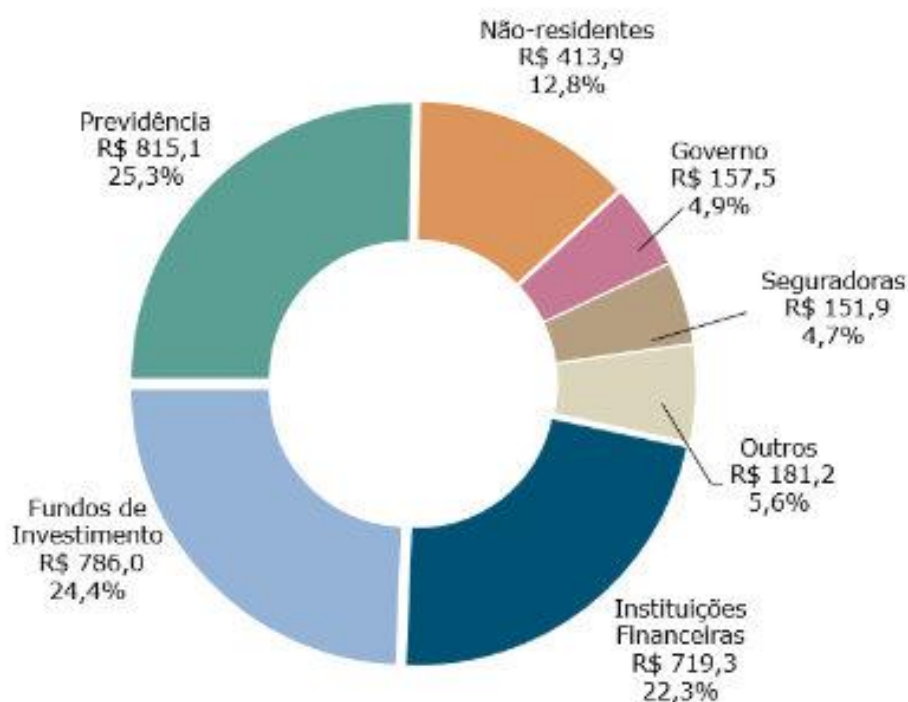
FONTE: IPEA

2.3.2 Os verdadeiros detentores dos títulos da dívida pública

A partir destas informações conseguimos analisar quem são os verdadeiros beneficiados com o desvio do orçamento da previdência para pagamento de juros da dívida pública e os verdadeiros interesses por trás das desvinculações das receitas da união. Para termos uma noção mais exata dos verdadeiros beneficiados com a priorização do pagamento dos juros da dívida precisamos olhar de perto quem são detentores dos títulos emitidos para financiamento desta. Esta priorização orçamentaria beneficia então uma minoria proprietária de riqueza financeira e credora da dívida pública (fundos de pensão, seguradoras, demais instituições financeiras, empresas não-financeiras e pessoas físicas de elevado patrimônio). Porém, prejudicam a maioria que não participa desta rentabilidade uma vez que tem suas oportunidades estreitando com a retração da economia e do mercado de trabalho além de sofrerem com os cortes de programas sociais, que afetam a oferta de bens e serviços essenciais e também recebem o peso do aumento da carga de impostos que recaem, principalmente, sobre assalariados.

Segue então uma figura que retrata detalhadamente os detentores dos títulos da dívida emitidos pelo tesouro nacional para financiamento da atividade pública:

Figura 7: Detentores dos títulos da Dívida Pública Federal (2017)



FONTE: TESOUREIRO NACIONAL

Conseguimos então observar os três principais detentores dos títulos da dívida: Fundos de previdência, Fundos de investimento e Instituição financeiras como bancos. Em quarto lugar vem os investidores não residentes e em último lugar, com 5,5%, estão as pessoas físicas que adquiriram títulos via Tesouro Direto. Ou seja, diferente do que é amplamente propagado pelo governo federal, os verdadeiros beneficiados não são as pessoas físicas que podem investir em títulos da dívida via títulos do tesouro, estes são os que tem a menor fatia do montante.

Um ponto pertinente nesta análise é o sistema de tributação daqueles que ocupam o quarto lugar no ranking dos detentores de títulos da dívida pública federal. As aplicações financeiras realizadas por investidores estrangeiros em títulos públicos federais e em quotas de fundos de investimento em empresas emergentes e em empresas de participação não estão sujeitas à incidência de IR. Ou seja, quase 14% do que se é pago em juros da dívida não sofre tributação, ou seja, acaba sendo uma transferência limpa de imposto diretamente ao investidor externo, sem gerar nenhuma riqueza ao nosso país. Pelo contrário, através da DRU, o recurso sai do orçamento da previdência e acaba nas mãos do investidor externo sem nenhuma tributação.

2.4 Desoneração de tributação

Um ponto que também tem grande importância neste estudo sobre os fatores que implicam no orçamento da previdência e um possível déficit são as políticas de desoneração de tributos praticadas nas últimas décadas sobre a prerrogativa de estimular o investimento privado e melhorar as condições de competitividade da indústria nacional. Durante a última década o programa de desoneração por parte do governo transformou-se num indicador do movimento de diminuição do papel do Estado e aumento do papel do capital privado na condução da economia nacional. Porém o resultado final foi que o objetivo esperado não foi alcançado, gerando fortes quedas nas taxas de crescimento. Isso ocorre, pois, as desonerações privaram a sociedade de recursos advindo das tributações que poderiam ter sido empregados de forma mais eficiente para o crescimento econômico. Esta foi a estratégia de política fiscal por parte do governo de estímulo ao investimento privado em um período de desaceleração econômica que marcou a última década com a redução dos custos das empresas com relação aos impostos. Vale se atentar que em 2015 o valor estimado ficou em R\$ 157,6 bilhões, 2,75% do PIB e 55,8% do total desonerado no ano, mais da metade do total, de acordo com o Ministério da Fazenda.

Com base nestes dados conseguimos concluir que o governo é contraditório uma vez que realiza desonerações em uma área da economia que defende haver um grande déficit da Previdência. Outro ponto que pode ser concluído é de que há bastante espaço para arrecadação de receitas para a realização de política de desenvolvimento no sistema de saúde e educação, porém estes valores vêm sendo desprezados pelo Estado através da desoneração. Infelizmente, conforme podemos perceber esta estratégia não produziu o estímulo esperado de elevação do investimento privado, e nem da geração de emprego, renda e produção. Nesse caso, o único beneficiado foi o setor privado no sentido de gerar grandes margens de lucro a partir do abono das contribuições. Uma possível elevação da arrecadação federal poderia beneficiar áreas da economia que enfrentam dificuldades atualmente, como a saúde, gerando elevação do bem-estar da população de menor renda.

CONCLUSÃO

Conforme exposto ao longo deste trabalho, o sistema de seguridade social brasileiro atual é produto de uma construção de mais de vinte e cinco anos. Suas modificações desde sua criação em 1988 foram principalmente determinadas pela política econômica praticada em cada momento da história. Por isso, a análise de um possível déficit na previdência deve tomar como base a estratégia econômica vigente para que se possa entender como um todo os principais objetivos daqueles que governam. O trabalho em questão traz o foco para as principais questões que envolvem a discussão orçamentaria da seguridade social, assim como o que normalmente não é divulgado ao público. Dessa forma conseguimos ter uma visão do que realmente está por trás do discurso praticado pelo governo e as falácias em que se baseiam seus argumentos. Após expor as bases do orçamento do sistema da seguridade social, além das despesas, conforme legalmente exposto na Constituição de 1988, demonstrou-se a viabilidade contábil e a sustentabilidade deste sistema.

Apesar do crescimento das transferências de assistência que tiveram início em 2004 desempenhando um papel indispensável para o desenvolvimento da seguridade social, conseguimos observar no período subsequente uma descontinuidade desta política. Os resultados desta política de aumento de gastos públicos para com o bem estar da população são incontestáveis. Conforme demonstrado no segundo capítulo, há uma relação direta entre os gastos públicos e o aumento da demanda agregada, gerando crescimento econômico. Além disso, foi esclarecido também que os gastos públicos também contribuem para o aumento das receitas do governo. Ou seja, claramente se vê a correlação entre gastos públicos e benefícios para o país com um todo impulsionando todo o setor econômico em diversos aspectos detalhados ao longo do trabalho. Porém, temos alguns problemas crônicos intrínsecos ao sistema produtivo brasileiro que impedem a plena sustentação do sistema da seguridade social no longo prazo. Por conta da carência de investimentos e infraestrutura acabamos por ter uma produtividade do trabalhador brasileiro cada vez menor se comparada com outros países em semelhante nível de desenvolvimento. Sendo a produtividade um dos fatores mais relevantes para a sustentação no longo prazo do sistema de seguridade, dado que este garante a plena otimização do sistema produtivo dentro do setor econômico de modo a garantir no futuro a assistência a todos os contribuintes. Seguindo assim a partir da análise detalhada sobre os fatores que contribuem para a baixa produtividade podemos concluir que estes são derivados de uma política econômica de redução de gastos públicos também. Política esta que custa caro a população, mesmo que utilizada como justificativa para alcance de objetivos no curto prazo, conseguimos ver seus desdobramentos no longo prazo e o estrangulamento que traz ao desenvolvimento econômico. Como descrito no capítulo 3 os altos juros praticados em nosso país historicamente trazem uma série de limitações a expansão econômica além do crescimento das dívidas públicas. Apesar de atingir crescimento econômico, mesmo que pequeno, em algumas fases da história do país, este ocorreu sob baixas taxas de formação bruta em capital fixo em proporção do PIB, perda de participação da produção industrial, limitado avanço de pesquisa e inovações

tecnológicas. Com isso, a incapacidade de superar as barreiras do padrão de crescimento cresce cada vez mais, tornando o empecilho do passado uma impossibilidade no futuro, dificultando cada vez em maiores proporções a reversão deste quadro econômico. Como resultado desta desaceleração econômica cada vez maior, o nível de emprego no país sofre consequências drásticas trazendo prejuízo ao próprio sistema de seguridade social, seja pelo lado da receita com diminuição na contribuição por conta do alto nível de desemprego, ou pelo lado da despesa com aumento de assistência de seguro desemprego. Dessa forma, seria necessária uma reorientação do modelo de desenvolvimento econômico que garanta a inserção de parcelas da população no acesso ao crescimento gerado, queda da taxa de desemprego, além da assistência aos mesmos seja por idade, limitação física ou outras barreiras existentes.

Como forma de discurso alinhado com a política econômica conservadora, a ideia de crise financeira da Previdência vem sendo divulgada nas últimas décadas apesar dos dados contábeis irem na direção contrária. Conforme detalhado no primeiro capítulo, não são contabilizadas todas as formas de receita assim como não é assegurado o emprego deste orçamento somente em despesas aprovadas pela Constituição brasileira. Além disso, para consolidar as mudanças sociais já obtidas é necessário, no longo prazo, produzir as mudanças estruturais que garantam o aumento da produtividade do trabalho, o que dependerá de investimentos em capital físico, educação, ciência e inovação. As variáveis macroeconômicas que determinam o crescimento, a produtividade e a distribuição da riqueza no longo prazo são decisivas para definir os rumos das políticas sociais. Dessa forma, conforme visto no terceiro capítulo, a política econômica empregada ocupada o lugar mais importante para a análise da viabilidade da seguridade social e comprovação de um possível déficit da previdência. De acordo com a pesquisadora Denise Lobato Gentil, não se deve realizar ajustes fiscais ao enfrentar um quadro de depressão econômica, pois o resultado final é o agravamento da crise econômica.

Além disso, conseguimos verificar alguns pontos inconsistentes nas despesas do orçamento da seguridade social ao longo do terceiro capítulo, o que nos fornece dados suficientes para concluir os verdadeiros interesses desta política a partir dos resultados gerados. A transferência direta de valores do orçamento da seguridade para o pagamento de juros da dívida pública confere uma inversão de valores por parte do governo. Aqueles que contribuem com a seguridade para assegurar seu direito de aposentadoria são deixados de lado em prol do pagamento de juros ao investidor que adquiri títulos federais. Isso fica claro ao se observar a desvinculação acima do limite permitido em lei, do orçamento da união para direcionamento a este tipo de despesa. Atitudes como essa alinhados com políticas de desoneração nos mostram quem são os verdadeiros beneficiados, ou melhor, quem recebe é verdadeiramente importante para o governo. Ao se examinar os verdadeiros detentores de títulos da dívida, conforme exposto pelo próprio tesouro nacional conseguimos comprovar este raciocínio. Além disso, esta política restritiva que vemos aproveita o cenário de crise econômica mundial para propor reformas nas quais acabam por prejudicar de forma demasiada o trabalhador contribuinte. A

política econômica praticada nos últimos anos, em complemento a uma possível reforma da previdência conforme se propõe atualmente, acabará por direcionar o contribuinte a procurar por um plano de previdência privada, que é o que conseguimos observar atualmente. Há um estímulo pela procura a um complemento a previdência pública uma vez que se aceita, a reforma trará inúmeras dificuldades para que se cumpra os requisitos para se conseguir se aposentar.

Podemos concluir que o que ocorre ao final é uma inversão de importâncias por parte do governo, onde em detrimento do bem-estar da população e zelo pelos direitos assegurados na Constituição do país, grandes instituições financeiras, fundos de investimento e de previdência privada e até investidores estrangeiros, são amplamente beneficiados. Rendimentos de seus investimentos são remunerados utilizando-se diretamente das receitas do contribuinte comum brasileiro. Há uma transferência de renda direta onde a contribuição do trabalhador com o INSS acaba nas mãos do grande investidor nacional e estrangeiro na forma de rendimento a seus investimentos no mercado financeiro. Dessa forma, podemos entender claramente que o então dito déficit da previdência não é originado pela baixa fonte de receitas para o orçamento, mas sim na má gestão financeira do governo, priorizando o grande investidor e deixando em segundo lugar a grande maioria da população. Ou seja, o déficit não existe por conta da insustentabilidade contábil, mas sim por conta da transferência financeira, por parte do próprio governo, de forma indevida.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

_____. **Boletim Estatístico da Previdência Social**

(vários anos). Disponível em <http://www.previdencia.gov.br>

ALMEIDA, Mauricio de – **Geografia Global 2** – São Paulo: Escala Educacional, 2010.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (ANFIP). **Análise da Seguridade Social em 2004**. Brasília, abril de 2005. Disponível em www.anfip.org.br.

BANCO CENTRAL. **Boletim do Banco Central do Brasil, Relatório Anual**, Brasília, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

FAGNANI, Eduardo. **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo. 2013

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP (2015). Perda de Participação da Indústria de Transformação no PIB. Departamento de Pesquisa e Estudos Econômicos, maio.2015

GENTIL, Denise Lobato. **A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira – Análise financeira do período 1990-2005**. 2006. Tese de Doutorado apresentada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GENTIL, Denise Lobato. Denise Lobato Gentil corrige Henrique Meirelles 2017. Vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rbLMrEC_dOI. Acesso em: 13 jun. 2017.

GENTIL, Denise Lobato. **Sistema de Previdência Pública no Brasil: perspectivas e constrangimentos impostos por barreiras estruturais. Reforma do Estado**. 2016. Rio de Janeiro. Nº 3, abril, 2016.

GIAMBIAGI, Fabio. **Reforma da previdência: O encontro marcado**. São Paulo: Campus, 2007

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. S. Paulo: Atlas, 1982.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **A Dívida em grandes números**. Maio, 2017. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/a-divida-em-grandes-numeros>. Acesso em: 15 junho. 2017.

Rizzi, Renata. **O que é e como é composta a dívida pública no Brasil, Dez. 2016.**

Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/12/19/O-que-é-e-como-é-composta-a-dívida-pública-no-Brasil>. Acesso em: 25 maio. 2017.

TRADING ECONOMICS. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/>